

A Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde (ABRAIDI) participou, em 18 de junho, de audiência pública promovida pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em Brasília/DF, para discutir os impactos do desabastecimento de medicamentos para epilepsia no Sistema Único de Saúde (SUS). O encontro, realizado por iniciativa da deputada Juliana Cardoso (PT-SP), reuniu representantes do poder público, entidades de pacientes, especialistas e integrantes da indústria da saúde para debater soluções que garantam a continuidade do tratamento às pessoas que convivem com a doença.

Representando a ABRAIDI, a conselheira Paula Nóbrega destacou que a assistência aos pacientes com epilepsia não pode se limitar apenas ao acesso aos medicamentos. Segundo ela, uma parcela significativa necessita de outras alternativas terapêuticas para controlar a doença. “Manifestamos nossa solidariedade aos pacientes e familiares que enfrentam os impactos do desabastecimento. É importante lembrar que cerca de 30% das pessoas com epilepsia apresentam formas refratárias da doença, nas quais os medicamentos não conseguem controlar adequadamente as crises. Nesses casos, dispositivos médicos de alta tecnologia desempenham papel fundamental para ampliar as possibilidades de tratamento e melhorar a qualidade de vida dos pacientes”, afirmou Paula Nóbrega.

Durante sua participação, a representante da ABRAIDI ressaltou a importância de tecnologias como estimuladores do nervo vago, estimuladores cerebrais profundos e equipamentos avançados de diagnóstico, que contribuem para a redução de internações, complicações clínicas e riscos associados às crises epiléticas. “Essas tecnologias devem ser vistas como investimentos estratégicos para a sustentabilidade do sistema de saúde. Além de proporcionar melhores resultados clínicos, elas ajudam a reduzir custos relacionados a hospitalizações e ao manejo de complicações decorrentes da doença”, explicou.

Paula Nóbrega também chamou atenção para a necessidade de aperfeiçoar as políticas públicas voltadas à incorporação de tecnologias médicas no SUS. De acordo com ela, a velocidade da inovação no setor de dispositivos médicos exige processos regulatórios e de avaliação mais ágeis e previsíveis. “Os dispositivos médicos possuem ciclos de inovação muito rápidos, em torno de dois anos. Quando os processos de incorporação levam quatro ou cinco anos, corremos o risco de disponibilizar aos pacientes tecnologias que já chegaram defasadas aos hospitais. É fundamental buscar mecanismos que garantam agilidade, previsibilidade e segurança, respeitando os critérios técnicos, mas considerando as especificidades desse segmento”, completou.

O diretor técnico da ABRAIDI, Sérgio Madeira, lembra que, para amplificar o debate e buscar maior agilidade na aprovação de novas tecnologias, a entidade promoverá o VI Seminário Internacional de Dispositivos Médicos ANVISA/ABRAIDI, dentro da programação do TecMed Brasil 2026, nos dias 5 e 6 de agosto, em São Paulo. O evento reunirá especialistas nacionais e internacionais para discutir temas relacionados à inovação, regulação e acesso às tecnologias médicas. Entre os assuntos em pauta estarão soluções tecnológicas utilizadas no tratamento de doenças cardíacas e neurológicas, incluindo terapias baseadas em estimulação elétrica ou desligamento de circuitos neurais, como as empregadas no tratamento da epilepsia.



Fonte: [Abraidi](#), em 19.06.2026.